

LIBRAS COMO LÍNGUA MINORITÁRIA: ESTRATÉGIAS DE ACESSO E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO PRODUZIDO SOBRE E PELA COMUNIDADE SURDA

Paula Aparecida Diniz Gomides¹
Ana Regina e Souza Campello²
Tiago da Silva Ribeiro³
Erliandro Felix Silva⁴
William Velozo Francioni⁵

Resumo em Libras



<https://youtu.be/biEuataxCKY>

Resumo

A problemática debatida neste artigo leva em consideração os avanços relativos ao reconhecimento linguístico da comunidade surda nas últimas décadas, ante à política linguística que outorga predomínio à língua portuguesa na produção científica brasileira. Objetivamos debater formas mais inclusivas de disseminação do conhecimento, principalmente em publicações que tematizam a surdez e a educação de surdos. Assim, questionamos: é possível desenvolver estratégias para que a produção e a circulação do conhecimento científico se tornem mais acessíveis ou democráticas? Realizamos um levantamento bibliográfico, juntamente à análise de materiais e repositórios que permitem a socialização do conhecimento científico em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Em geral, os repositórios que socializam estudos sobre a educação de surdos não desenvolvem uma forma alternativa ou democrática de divulgação em Libras. Essas ações ocorrem de forma fragmentada em periódicos e livros, bem como, também não são totalmente articuladas e integrativas nos regulamentos para a produção de TCC's nas licenciaturas analisadas.

Palavras-Chave:

Divulgação Científica. Políticas Linguísticas. Comunidade Surda. Libras.

Recebido em: 19/07/2022
Aprovado em: 27/09/2022

¹ Paula Aparecida Diniz Gomides. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) E-mail: paulagomides@ufmg.br

² Ana Regina e Souza Campello. Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) E-mail: acampello@ines.gov.br

³ Tiago da Silva Ribeiro. Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). E-mail: tiago@ines.gov.br

⁴ Erliandro Felix Silva Instituto. Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). E-mail: leandro.felix1980@gmail.com

⁵ William Velozo Francioni. Instituto Federal de São Paulo (IFSP). E-mail: william.francioni@ifsp.edu.br

LIBRAS AS A MINORITY LANGUAGE: STRATEGIES FOR ACCESS AND CIRCULATION OF SCIENTIFIC KNOWLEDGE PRODUCED ABOUT AND BY THE DEAF COMMUNITY

Abstract

The problem discussed in this article takes into account the advances related to linguistic recognition of the deaf community in recent decades, in the face of language policy that gives predominance to the Portuguese language in Brazilian scientific production. We aim to discuss more inclusive forms of knowledge dissemination, especially in publications that deal with deafness and deaf education. Thus, we question: is it possible to develop strategies for the production and circulation of scientific knowledge to become more accessible or democratic? We conducted a bibliographic survey, along with the analysis of materials and repositories that allow the socialization of scientific knowledge in Brazilian Sign Language (Libras). In general, the repositories that socialize studies on deaf education do not develop an alternative or democratic form of dissemination in Libras. These actions occur in a fragmented way in journals and books, as well as, are not fully articulated and integrative in the regulations for the production of TCC's in the undergraduate courses analyzed.

Key-words:

Libras; deaf education; inclusive education.

Introdução

O principal objetivo deste artigo é identificar as estratégias de divulgação do conhecimento científico sobre a surdez por bases de dados de socialização científica nacionais. Buscamos uma articulação entre aspectos pertinentes à produção e à circulação de estudos produzidos sobre, para e de surdos no contexto brasileiro. Desde os anos 2000, é possível perceber uma maior inserção social da comunidade surda, o que não ocorre, senão por meio de muitas lutas, culminando no reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como “língua de comunicação e expressão” desta comunidade, conforme expressa em seu artigo primeiro a Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002). A partir de então, percebemos outros avanços, relacionados, principalmente, à educação de surdos, com a obrigatoriedade e regulamentação do trabalho de tradutores e intérpretes de Libras pela Lei nº 12.319/2010 (BRASIL, 2010) e, mais recentemente, do ensino bilíngue (português-Libras), que passa a integrar não apenas a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015), mas também, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996 (1996; 2021).

Lembramos que a Lei n. 14.191/2021, que inclui o ensino bilíngue aos surdos em nossa LDB, preconiza, em seu artigo 78^a, a garantia de acesso a conhecimentos acadêmico-científicos em sua primeira língua, conforme trecho da lei reproduzido a seguir: “II - garantir aos surdos o acesso às informações e conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades surdas e não surdas” (BRASIL, 2021). Assim, conforme a prerrogativa determina, é essencial que os surdos em qualquer nível de ensino tenham acesso à materiais que garantam a acessibilidade linguística, considerando o aspecto da visualidade como principal articulador do ensino bilíngue (QUADROS, 2004; FREITAS; EULÁLIO, 2020).

Apesar desses avanços, é possível perceber que essa comunidade ainda é vista, em um contexto sócio-político mais amplo, como uma minoria linguística, exposta a um entendimento capacitista e dependente de atendimento clínico-terapêutico, não para que uma visão social da surdez seja construída, mas para que as pessoas surdas sejam equiparadas à maioria ouvinte. Isso inclui uma socialização tardia com a comunidade surda e, conseqüentemente, a aprendizagem tardia da Libras, predominando o ensino de português como

primeira língua. Este quadro resulta na restrição comunicativa, exclusão e abandono da escolarização por muitos surdos no país (QUADROS, 2004).

Assim, considerando os pressupostos discutidos acima, lançamo-nos a campo com a seguinte questão de pesquisa: é possível o desenvolvimento de estratégias para que a produção e a circulação do conhecimento científico se tornem mais acessíveis ou democráticas? Nossa hipótese é a de que periódicos voltados para publicações relacionadas à surdos ou surdez podem nos oferecer pistas acerca da forma como a produção científica é ou pode ser democratizada, tornando-se mais acessível para realidades outras, considerando sujeitos que utilizam línguas minoritárias, como as de modalidade viso-espaciais. Lembramos que essa comunidade está envolta em cenários que proporcionam a colonialidade do poder, do saber e do ser (QUIJANO, 2005; CHAIBUE; AGUIAR, 2014).

Centramo-nos nos periódicos indexados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que regulamenta e avalia periódicos e Programas de Pós-Graduação no país, promovendo queixas sobre a pressão em avaliações estritamente quantitativas do conhecimento (ZUIN; BIANCHETTI, 2015). Pesquisamos também as bases de socialização de trabalhos de mestrado e doutorado, enfocando as teses e dissertações produzidas sobre, para e de surdos. Nossos objetivos específicos se voltam a: i) Levantar publicações científicas que têm como temática principal os estudos surdos, bem como os periódicos nos quais esses trabalhos foram socializados; ii) Analisar o volume de pesquisas publicadas nos últimos 3 anos e a forma como estas são socializadas; e iii) Discutir meios de ampliação do acesso e circulação do conhecimento científico, considerando a forma como essas produções são socializadas atualmente.

Este artigo organiza-se da seguinte maneira: inicialmente debatemos sobre a forma como as pesquisas brasileiras têm sido desenvolvidas, considerando uma maior inserção da comunidade surda no Ensino Superior; a seguir, apresentamos nossa metodologia para a busca de trabalhos científicos que enfocam a comunidade surda; após, debatemos os dados encontrados, estabelecendo uma relação sobre a forma como os periódicos mais voltados para publicações sobre, para e de surdos estão organizados, face a forma como dois cursos de licenciatura em Letras-Libras orientam a escrita de seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's); e, posteriormente, tecemos algumas considerações

sobre os aspectos discutidos, articulando a língua, a identidade e a cultura surda em uma esfera discursiva decolonial.

Inclusão ou Exclusão? A socialização de pesquisas sobre, para e de surdos no Brasil

Apesar de haver uma vasta produção acerca de críticas em relação à forma como o conhecimento científico tem sido produzido, avaliado e circulado, as dificuldades apontadas por esses estudos parecem distantes de uma dada resolução em curto prazo. A maioria destes autores abordam a importância e a necessidade de uma ciência que seja avaliada, por aspectos qualitativos, em detrimento de fatores quantitativos e, para isso, seria necessária uma drástica redução das pressões por resultados impostas por órgãos de fomento da pesquisa no país. Em meio a isso, línguas como a Libras permanecem na marginalidade em diferentes esferas sociais (MEGALE, 2018), o que elenca essa língua em uma posição contrária ao que as Lei 13.146/2015 e Lei n. 14.191/2021 estabelecem. Os periódicos de divulgação científica permanecem operando online, como se ainda se tratassem de publicações impressas (RIBEIRO, 2021) e sem acessibilidade linguística, como prega o item III do artigo 28 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) e, mais recentemente, a Lei n. 14.191/2021.

Tendo como principal objetivo levantar a existência de publicações que se afinam com os objetivos propostos para este trabalho, lançamo-nos na pesquisa por produções acadêmico-científicas que tematizassem a divulgação científica e seu acesso a pessoas surdas. Nossa busca revelou que são crescentes os trabalhos que demonstram a criação de novos sinais para a Libras, que contemplem alguma área do conhecimento, como Economia, ou Biologia, por exemplo. O fato evidencia uma sensibilização pelo entendimento da Libras enquanto língua em desenvolvimento, móvel e cultural e, ao mesmo tempo, ressalta a importância de inclusão dos surdos em debates e disciplinas mais específicas. Isso, conforme uma hipótese por nós desenvolvida, pode ajudar a explicar o aumento de surdos na educação superior.

Alguns estudos, como a dissertação de Lara (2014), que aborda a predominância do uso da internet e meios digitais para a divulgação das pesquisas, tendo em vista a gratuidade deste acesso, estimulam que os recursos

digitais sejam utilizados para a produção de vídeos em Libras, o que auxilia a propagação de conhecimentos desta que é uma língua visual. Contudo, tais textos são disponibilizados, em sua maioria, em português escrito, o que os transforma, em muitos casos, em meios excludentes de compartilhamento dos conhecimentos, por não oferecerem alternativas em outras línguas, como a Libras.

Como é socializada atualmente, a produção científica se destina a apenas determinada parcela da população, fazendo com que poucos surdos realmente tenham contato com os trabalhos, alcançando esferas mais elevadas do ensino como os cursos de Graduação e Pós-Graduação. Ao mesmo tempo, os recursos largamente utilizados, como legendas geradas automaticamente em português e tradutores automáticos de Libras, são considerados pela autora como ineficientes, fato que enseja a importância do debate junto à comunidade surda sobre os sentidos produzidos no contato com esse tipo de mediação. Ou seja, a política de acesso aberto e livre promovida em nosso país, na verdade, não é direcionada a todos os possíveis usuários (LARA, 2014).

A estratégia de apresentar esse material bilíngue para alcançar os surdos estimula a ampliação do léxico em Libras na área de ciências e biotecnologia para garantir a acessibilidade, bem como, necessidade latente do REA em ambientes AVA sobre criação de aulas, (re)utilização de materiais e gestão de cursos com atividades e recursos como ferramentas do moodle pela interação dos participantes (SÁ; FRANCISCO; BOURGUIGNON, 2021, p. 72138).

Na contramão da inclusão, percebemos situações em que a colonialidade e subalternidade se estabelecem. Quijano (2005) afirma que a *Colonialidade do Poder* ocorre por meio de critérios de classificação social baseados, em sua maioria, na raça. Contudo, no caso dos surdos, que não necessariamente podem ser classificados pela cor de sua pele, há que se considerar que a classificação ocorrida aqui diz respeito aos critérios *normal/anormal* com o estabelecimento de uma dicotomia *ouvinte-surdo*, na qual aquele que não ouve é alguém em quem falta alguma coisa e, não raro, deve ser ‘adequado’ ao padrão de normalidade da sociedade majoritária ouvinte. Por isso há uma campanha massiva, iniciada com o Congresso de Milão, em 1880, para que as línguas de sinais sejam abolidas e o surdo se torne ouvinte, ou ao menos se aproprie mais dos preceitos ouvintes para ser inserido na sociedade (usando aparelhos auditivos, implante coclear, sendo

oralizado, aprendendo a leitura labial, aprendendo a escrita em português e utilizando-se da escrita, quando necessitar de algum atendimento, dentre outros meios).

A colonização da pessoa surda ocorre ao longo de um processo pela desvalorização da Libras (vide memes sobre as expressões faciais dos intérpretes que acompanham políticos e as famosas *lives* de cantores famosos na internet), mas não apenas isso. Há um processo de dominação da identidade das pessoas surdas, que são colocadas em uma posição hierárquica inferior em relação aos ouvintes. *Ouvinte-surdo*, seria uma das categorias binárias descritas por Walsh, Oliveira e Candau (2018) que faz predominar a colonialidade do ser. Defendemos que a produção de estudos e conhecimentos *sobre, para e de* surdos, sem que estes sejam realizados, legitimamente, em sua língua, corrobora para que a colonização e o distanciamento ao conhecimento persistam.

Fundamentamo-nos na máxima *nada sobre nós sem nós*, considerado o lema das pessoas com deficiência, no qual enfatiza que estudos, políticas e demais medidas que se voltam para as pessoas com alguma deficiência ou diferença, que destoe da normatividade, deva ser debatida junto a essas pessoas⁶. Não se pode falar de alguém e excluí-lo desse debate. Não se pode promover estudos sobre a comunidade surda, pensar políticas que podem ou não a beneficiar, se a comunidade não é chamada ao debate. Mais especificamente, espera-se que esse debate, como uma forma de inclusão expressa, desenvolva-se em sua língua, considerando a sua cultura e sua história de luta por reconhecimento e valorização. É preciso que a Libras figure nos espaços formativos, tal como a língua portuguesa tem figurado, para que possamos promover espaços de debates amplos em prol da melhoria do acesso e da educação.

A comunidade surda vem lutando, alcançando legislações que lhe oferecem garantias quanto ao acesso à sua língua. Contudo, mesmo com a legislação vigente, é possível perceber a presença de práticas de dominação e imposição da língua portuguesa, o que restringe o acesso à população surda a diferentes instâncias. Conforme evidencia o fragmento a seguir e reiteram os autores que abordam a presença de uma pedagogia decolonial (WALSH;

⁶ Esse lema foi perpetuado pela ativista April D'Aubin. Ela é a autora do texto "Nothing About Us Without Us: The Struggle for the Recognition of a Human Rights Approach to Disability Issues" (Nada sobre nós, sem nós: a luta pelo reconhecimento da abordagem de direitos humanos aos assuntos de deficiência), publicado em 2001.

OLIVEIRA; CANDAU, 2018), é preciso que os modos de acesso à produção científica no país sejam, realmente, democráticos:

Elaborar meios de acesso ao conhecimento científico que sejam acessíveis é uma forma de promover a inclusão de todos os interessados, de permitir que estudantes e pesquisadores que possuam algum tipo de especificidade possam participar de forma menos dificultada da comunidade científica. É promover o real sentido da palavra acesso, de forma que qualquer pessoa conectada à Internet possa fazer uso do conhecimento produzido (LARA, 2014, p. 10).

Com base no fragmento acima expresso por Lara (2014), entendemos que há um grande volume de pesquisas socializadas, que se destinam, de alguma forma, à comunidade surda. Contudo, questionamo-nos: essas pesquisas estão realmente alcançando essa população e transformando suas realidades? Como afirma Lara (2014, p. 80), é imprescindível pensar: “para quem estou pesquisando”, “para quem estou produzindo” e assim possibilitar que o acesso aos seus conhecimentos estejam engajados com a sociedade, a grande subsidiadora da ciência”. Ou seja, estamos realmente trazendo para o debate as pessoas surdas e suas necessidades? Se considerarmos que o sistema educativo (QUADROS, 2004), bem como a ciência tem sido divulgada, prioritariamente em línguas orais, é possível antecipar que essa resposta é negativa.

Em geral, a produção científica em Libras ocorre em nichos específicos. Apenas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Biblioteca Universitária oferece duas teses de doutorado em Libras em formato digital (em site do Programa de Pós-Graduação em Linguística e um site próprio do autor, acoplado à Biblioteca Universitária), com resumo em língua portuguesa. No Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), há sete vídeos relativos às monografias produzidas de forma integral em Libras, com resumo em Língua portuguesa acoplado no Repositório Huet. Mas, seria possível tornar o acesso à produção científica para surdos mais abrangente nas revistas de larga circulação?

O advento da chamada Lei de Cotas, a Lei nº 12.711/2012, pode influenciar no aumento das matrículas dos alunos surdos no ensino superior repercutindo no aumento da acessibilidade por esse público. Podemos perceber, que essa inserção pressupõe não apenas a contratação e presença de tradutores e intérpretes capacitados, bem como, a adoção de metodologias mais voltadas à forma como o surdo vê e interpreta o mundo (QUADROS, 2004). É

imprescindível, que lhe seja permitida a utilização de sua língua, não apenas durante as aulas e demais atividades acadêmicas, mas também no acesso e na produção do conhecimento científico, que se desenvolve nos TCC's dos cursos, por exemplo.

Não devemos nos esquecer de que esses alunos serão autores de monografias, dissertações e também teses. Lembramos que ainda são escassos os trabalhos de finalização de curso em Libras, mesmo aqueles produzidos por autores surdos. Inferimos que as regulamentações dos cursos no Ensino Superior também condicionam a produção de trabalhos finais em língua portuguesa, no caso brasileiro, não proporcionando outras possibilidades. Ressaltamos também que apesar do reconhecimento da Libras pela Lei nº 10.436/2002, essa mesma lei determina que a Libras não pode substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. Esse fato pode intensificar as dificuldades que envolvem a socialização do conhecimento científico aos surdos. Freitas e Eulálio (2020) ressaltam, inclusive, a importância de uma 'universidade bilíngue' que, de fato, inclua alunos surdos, capacitando-os para a produção científica, já que essa é uma atividade muito cobrada no ambiente universitário.

Pressupostos para a coleta e a análise de dados

Discutimos os pressupostos básicos necessários para a coleta dos dados para a realização de nosso debate sobre a efetividade de ações que busquem uma democratização do acesso e disseminação do conhecimento científico à comunidade surda, considerando divulgações em línguas minoritárias, como a Libras. Essa se trata de uma pesquisa de cunho qualitativo, que pretende investigar periódicos *online* brasileiros especializados na publicação de trabalhos que abordem a temática da surdez, direcionando-se, especificamente, à comunidade surda. Articulamo-nos na pesquisa documental, buscando compreender a forma como os discursos que orientam a submissão dos manuscritos são produzidos e divulgados para a comunidade surda.

Lançamo-nos nas principais plataformas de divulgação científica brasileira CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com os descritores “educação de surdos”, “ensino bilíngue” e “Libras”, presentes no título das produções publicadas no Brasil e com o recorte temporal definido entre 2019 e 2021. Este recorte temporal está considerando, inclusive, que o período pandêmico poderia promover uma maior virtualização das pesquisas,

face ao aumento da utilização de novas tecnologias, diversificando os meios pelos quais o conhecimento é produzido e distribuindo, principalmente quando o público-alvo é uma comunidade que se diferencia linguisticamente. A busca no portal BDTD evidenciou cerca de 35 trabalhos, compreendidos entre teses (26%) e dissertações (71%), defendidos entre os anos 2019 e 2021.

Outro dado importante é a natureza dos trabalhos socializados na plataforma BDTD. A maioria deles se tratam de dissertações, provenientes de cursos de Pós-Graduação, nível mestrado, realizadas no país. Esse dado demonstra, ao mesmo tempo, a escassez de trabalhos em nível de doutorado, mas pode ensejar um aumento gradual destes, caso os autores das dissertações se lançarem para níveis mais avançados como o doutorado mais tarde.

Além da busca na base de dados BDTD, voltamo-nos para os portais de periódicos, investigando o portal de periódicos CAPES. Utilizamos os mesmos descritores nesta nova busca, selecionando as divulgações socializadas em periódicos revistados por pares. Encontramos 61 resultados, mas obtivemos acesso apenas a 59 trabalhos publicados em diferentes periódicos, entre os anos 2019 e 2021, os outros dois trabalhos não foram encontrados, apesar de constarem na plataforma CAPES, o acesso desses textos de forma integral não estava visível. Esses estudos tiveram, em geral, como objetivos principais abordar estratégias para a inclusão social de estudantes surdos.

Apesar dessa diversidade e preocupação na busca por soluções para a diferença linguística, nenhum dos artigos consultados foi publicado em uma versão em vídeo para a Libras e, desses 59, em oito foi possível encontrar, além da versão em língua portuguesa, a versão correspondente em língua inglesa. Em relação à recorrência de publicações na temática nos periódicos, indicamos que alguns periódicos publicaram um número considerável de estudos sobre a surdez para o período estabelecido. São elas: Revista *The Specialist* (5 publicações), Revista de Educação da Unisinos (6 publicações), Revista de Educação Especial (2 publicações), Revista *Research, Society and Development* (4 publicações), Revista Práxis Educacional (2 publicações) e Revista Temas em Educação e Saúde (2 publicações). Os demais periódicos publicaram apenas um estudo por periódico no período pesquisado.

Cabe salientar que, assim como na plataforma BDTD, a plataforma de periódicos da CAPES também não nos notificou sobre nenhum estudo que fosse divulgado em línguas viso-espaciais como a Libras, centrando-se apenas em

publicações em língua portuguesa e inglesa. Reconhecemos que alguns periódicos realizam essa divulgação, mas não aparecem com indexação a plataformas como a CAPES, o que torna seu acesso dificultoso.

Apesar de reconhecermos que esse tipo de divulgação em vídeo não é uma constante, passamos a analisar alguns periódicos e um *ebook* que, conforme nosso conhecimento, estariam realizando algumas ações neste sentido. Além disso, ocupamo-nos da análise dos regimentos de duas licenciaturas em Letras-Libras, cursos com fundação recente em nosso país (2006) e que se propõem a um ensino mais focado nas necessidades da comunidade surda. Para a análise destes regimentos, centramo-nos nas orientações para a produção dos TCC's.

Portais de divulgação exclusivamente voltados à comunidade surda: O que podemos aprender com eles?

Conforme salientado nas seções anteriores, as pesquisas mais atuais que enfocam a educação de surdos no Brasil têm sido divulgadas em língua portuguesa escrita, ou língua inglesa (em menor número), apenas em suporte PDF. Ou seja, a produção de conhecimento sobre a comunidade surda em artigos científicos, teses e dissertações tem ocorrido, unicamente, em línguas orais-auditivas, de forma escrita. Esse tipo de divulgação exclui do acesso surdos sinalizantes não bilíngues. Tendo em vista essa constatação, lançamo-nos em uma pesquisa mais centrada em bases que, conforme sabemos previamente, são destinadas à formação ou divulgação de trabalhos mais direcionados a essa comunidade. Passamos a examinar como se dá o acesso ao conhecimento para surdos em *sites* de periódicos ou cursos mais focados na atuação com a comunidade surda. Essa seção é dividida em duas partes: primeiro apresentamos nossa pesquisa em periódicos e, em seguida, debatemos as informações encontradas sobre os trabalhos de conclusão de dois cursos em Letras-Libras.

Divulgação científica em periódicos sobre, para e de surdos

Sabedores da existência de alguns periódicos científicos mais voltados para pesquisas e socialização relacionados diretamente à comunidade surda, tentamos compreender como é divulgado o conhecimento nesses portais. Consultamos as revistas vinculadas ao portal de periódicos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Nesse espaço, é possível acessar três periódicos

relacionados ao Instituto: Revista Arqueiro, Revista Fórum e Revista Espaço. O acesso para as respectivas revistas é disponibilizado no portal do INES⁷.

Destes três periódicos, apenas a Revista Fórum possibilita a publicação de vídeos em Libras, além da socialização científica em suporte PDF, escrito em língua portuguesa. Contudo, conforme determina as diretrizes para a publicação de vídeos em Libras, esse envio não é obrigatório⁸. Na edição mais atual da referida revista, por exemplo, publicada em dezembro de 2018, dentre os cerca de 28 trabalhos publicados, apenas três deles aparecem com a versão em Libras. Um deles é o editorial e os outros dois são artigos.

Por sua vez, a Revista Brasileira de Vídeo-Registros em Libras da Universidade Federal de Santa Catarina⁹ é composta, unicamente, por publicações em Libras, expostas em vídeos. Sua última edição foi publicada em 2020 e apresenta três trabalhos. A revista publicou edições nos anos 2013, 2016, 2017 e 2019. Salientamos que as outras seções da revista, principalmente os informes sobre como submeter trabalhos ao periódico também estão apresentados em Libras.

Outro exemplo é o *ebook* publicado recentemente pela editora Ayvu em 2020, disponível gratuitamente no site da editora¹⁰. Conforme apontam os organizadores Tânia Chalhub e Tiago Ribeiro, uma preocupação foi torná-lo acessível, para além da disponibilização *online*. Assim, o *layout* foi ampliado, tendo em vista uma melhor visualização por pessoas com baixa visão e com a descrição detalhada das imagens que aparecem na obra, para pessoas cegas. Os resumos de cada texto foram disponibilizados em Libras. Há na própria obra, recursos que possibilitam que, com um *clíc*, seja aberto um vídeo no qual há um intérprete apresentando o conteúdo do resumo.

São ainda incipientes as ações que buscam maior integração na divulgação científica em outras línguas de modalidades distintas às viso-espaciais. Mas, trabalhos como o *ebook* de Chalhub e Ribeiro (2021) nos acendem uma esperança para que novas formas de compartilhamento científico sejam pensadas. A presença do resumo em Libras auxilia na contextualização geral, situando a temática do texto, o que pode ensejar interesse pela leitura integral, mas em

⁷ Disponível em: <http://seer.ines.gov.br/>. Acesso em: 07 abr. 2022.

⁸ As informações para a composição do vídeo em Libras podem ser acessadas pelo link: <http://seer.ines.gov.br/index.php/revista-forum/video-em-libras>. Acesso em: 20 set. 2021.

⁹ Disponível em: <https://revistabrasileiravrlibras.paginas.ufsc.br/publicacoes/>. Acesso em: 20 set. 2021.

¹⁰ Disponível em: http://bit.ly/reflexoes_de_um_mundo_em_pandemia. Acesso em: 07 abr. 2022.

língua portuguesa. Ressaltamos que o ideal seria o compartilhamento da integralidade dos trabalhos em Libras, mas a presença dos resumos, ao menos, permite a tomada de consciência sobre os temas centrais trabalhados pelos autores.

Divulgação científica em trabalhos de conclusão de cursos superiores em Libras sobre, para e de surdos

Abordamos nesta seção análises sobre as orientações para a produção e divulgação de trabalhos de conclusão de curso em duas licenciaturas em Letras-Libras. Nosso país tem passado por uma reformulação histórica no processo de Ensino da Graduação, movimento fortemente refletido pelas mudanças em nossa sociedade. Esse engajamento maior da comunidade surda pela valorização de sua língua vem alcançando resultados traduzidos na criação dos cursos de Letras-Libras e Pedagogia-Libras. Esses cursos estão articulados com a política pautada na educação bilíngue de surdos, entendendo a necessidade da formação de professores surdos para atuarem na Educação Infantil e Ensino Fundamental. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é pioneira na implantação dessa modalidade, iniciando em 2006 a primeira turma de alunos na instituição. Encontramos no site do Repositório Institucional da UFSC, a socialização dos resumos dos TCC's em Letras-Libras na modalidade viso-espacial¹¹.

Esse curso foi definido por Quadros (2009) como “um curso surdo”, uma vez que ele seria pautado na inclusão do surdo, com a instrução em Libras e focado nas experiências visuais. Na primeira turma foram selecionados 500 estudantes em todo o país, 447 surdos e 53 ouvintes bilíngues, distribuídos em nove Estados. Mas, vejamos como o regimento do curso orienta a feitura dos trabalhos de conclusão de curso. No item “da execução, defesa e avaliação do TCC”, em seu artigo 13º, o documento orienta quanto à escrita do trabalho:

O TCC deverá ter de 20 a 50 páginas (da introdução à conclusão), excluídas as páginas de elementos pré-textuais e pós-textuais. O trabalho deverá conter, obrigatoriamente, um resumo em português e Libras seguido de palavras-chave e, opcionalmente, um resumo em outra língua seguido de palavras-chave nessa língua.

Parágrafo único - É opcional para o aluno fazer a tradução do TCC do Português para a Libras (UFSC, 2018, p. 4, negrito nosso).

¹¹ Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219822>. Acesso em: 20 set. 2021.

A resolução que busca orientar a forma como os TCC's deve ser produzidos orienta que eles sejam escritos trabalhos com até 50 páginas (em língua portuguesa), com o resumo em Libras. A tradução do TCC para a Libras é opcional. Não nos cabe discutir a função da palavra “tradução”, que denota que originalmente esses textos devem ser escritos em uma língua considerada como a segunda língua da comunidade surda (BRASIL, 2002), apenas salientamos o fato: há uma prerrogativa que os resumos sejam enviados em Libras, mas, quanto à tradução do TCC completamente, essa regra se torna opcional.

Estabelecemos um adendo enfatizando que a UFSC indica em seu material de orientação para a produção do TCC em Libras o termo tradução. Apesar de a Lei nº 12.319/2010 regulamentar a profissão de tradutor e intérprete de Libras, é preciso destacar uma diferença básica entre essas duas atividades. Enquanto a tradução prescinde de um texto escrito a partir do qual ela se estabeleça, a interpretação está diretamente relacionada ao que conhecemos como as interações estabelecidas na língua oral. A Libras pode ser grafada a partir da escrita em sinais, contudo essa prática ainda não é muito desenvolvida, principalmente na esfera da educação superior. O mais comum é adoção de um registro escrito e, nos casos em que estamos ilustrando neste artigo, a possibilidade de uma tradução deste material em Libras. Defendemos que, à despeito disso, os TCC's sejam produzidos diretamente em Libras sem essa intermediação da língua portuguesa, trabalhando a ideia da interpretação.

Ressaltamos a pesquisa de Silva (2019) que analisa as provas na UFSC como um gênero emergente em Libras na esfera acadêmica. É salutar a influência da língua portuguesa sobre a Libras. Contudo, esse autor destaca a emergência da busca por caminhos metodológicos que permitam a maior inserção das línguas sinalizadas em diferentes contextos sociais, conforme expressa a seguir:

O lugar onde é possível aprender a produzir gêneros acadêmicos em Libras é justamente nessa fronteira mediada pela aculturação acadêmico-científica, e não na língua portuguesa. Naturalmente que, a esfera de atividade humana também incentiva o ensino e a produção de gêneros acadêmicos em Libras e que deve envolver experiência e adotar políticas linguísticas de Libras. Isso, portanto, irá amadurecer conforme o desenvolvimento e a consolidação dos próprios gêneros do discurso que, por sua vez, implicarão no enriquecimento tanto da circulação da

Libras, como também na aprendizagem da produção de gêneros por parte dos sinalizantes (SILVA, 2019, p. 214).

Com base no posicionamento de Silva (2019), entendemos que há uma potencialidade, principalmente a partir do aumento das investigações dos gêneros sinalizados, por esse motivo cabe a observação cuidadosa sobre a forma como se desdobra essa possibilidade nas universidades brasileiras que já estão se estruturando na socialização dos trabalhos de conclusão. Na Universidade Federal do Paraná (UFPR), as orientações sobre a formulação do TCC são mais abrangentes. É possível escrever o trabalho em língua portuguesa, apresentando um resumo em Libras; ou desenvolver o trabalho em Libras, apresentando um resumo em língua portuguesa (UFPR, 2018). No site¹² é possível visualizar os trabalhos produzidos pela turma concluinte em 2018. Há três monografias com a indicação 'recurso eletrônico', onde é possível visualizar os resumos em Libras, de um total de 14 publicações.

É preciso uma análise mais sistematizada, que nos permita estabelecer relações entre a interpretação em Libras e o material escrito. Contudo, é importante indicar que esse vídeo possui cerca de 2min e 51seg, enquanto o vídeo correspondente a uma outra pesquisa publicada no portal tem duração de 57min e 49seg. O fato nos leva a inferir que os critérios para a realização desses vídeos não são sistematizados ou suficientemente claros aos professores em formação. Passamos a abordar algumas considerações sobre a investigação realizada.

Considerações Finais

É crescente o acesso da comunidade surda ao Ensino Superior, o que se pressupõe também a realização de cursos de Pós-Graduação em nível de Mestrado e Doutorado, principalmente. Nosso país tem sido destaque na implantação de cursos de Letras-Libras e Pedagogia-Libras, com o objetivo de expandir o acesso e as políticas de inclusão para a comunidade surda, com o oferecimento de uma educação bilíngue que se fundamente na aprendizagem da Libras como primeira língua (L1). Nesse sentido, não podemos deixar de notar que, mesmo com esse apelo legítimo para que o acesso se dê na L1 dos surdos, a divulgação científica continua ocorrendo em sua L2, a língua portuguesa escrita.

¹² Disponível em: <http://www.letraslibras.ufpr.br/>. Acesso em: 30 set. 2022.

Na busca por produções que abordam a comunidade surda, esperávamos que subsídios fossem criados para que a socialização de textos de pesquisadores que abordam a temática, estivesse em diálogo com essa linha de pensamento. Contudo, apesar de algumas das produções terem sido realizadas por pesquisadores atuantes na área e de grande renome nacional, seus textos científicos (incluindo artigos e livros), não se encontram em Libras, mas sim em língua portuguesa, seguindo essa tendência criticada pela perspectiva decolonial de priorização de uma língua e marginalização de outra (QUIJANO, 2005; WALSH; OLIVEIRA; CANDAU, 2018). Reconhecemos que alguns desses autores vêm ampliando seus esforços pautando as políticas nacionais de valorização desta comunidade e com vasto material em plataformas como o *YouTube*, compreendidos em aulas abertas e palestras.

Observamos ainda que, quando esses autores se lançam à escrita científica, essa não é acessível aos surdos. É claro que as políticas de publicação dos periódicos condicionam essa submissão, mas algumas medidas podem ser tomadas como estabelecer interpretações e socializar os links ao longo dos artigos, por exemplo. Não podemos esperar, enquanto pesquisadores, que, puramente, os periódicos passem a exigir versões em Libras, o que, sinceramente, não acreditamos que será realizado, sem a chancela da comunidade surda, para iniciar um movimento nessa direção.

Trabalhos futuros podem se voltar a análise de eventos acadêmico-científicos que trazem em seu bojo eixos de investigação ligados à Libras e a surdez, mas que se furtam, inclusive, ao oferecimento da interpretação nesta língua, para que os pesquisadores surdos possam apresentar suas pesquisas e também conhecer as pesquisas em andamento nesta e em outras temáticas. Não há ferramentas implantadas nos periódicos brasileiros que possibilitem a adoção de uma versão em Libras de seus textos, publicados em Língua Portuguesa. Assim, outras investigações poderiam lançar propostas para essa implantação, inspiradas nos poucos periódicos que já estabelecem essa divulgação, como a Revista Brasileira de Vídeo-Registros em Libras da UFSC e a Revista Fórum, por exemplo. Questionamentos futuros também podem se voltar sobre as opiniões dos pesquisadores surdos acerca da promoção da divulgação científica em Libras, com reflexões sobre a maior divulgação e acesso à língua, face às contraditórias políticas linguísticas que mantemos em nosso país, mesmo com o aumento da valorização da Libras no espaço educacional, na esfera legislativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 27 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1. Acesso em: 06 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 01 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 06 abr. 2021.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2019.** Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 02 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.191 de 3 de agosto de 2021.** 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em: 25 set. 2021.

CHAIBUE, K.; AGUIAR, T. C. A Colonialidade sobre o Surdo. Editora Arara Azul. **Revista Virtual de Cultura Surda.** Edição nº 13, 2014. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/portal/index.php/revista/edicoes-revista/edicao-14>. Acesso em: 28 mai. 2020.

CHALHUB, T.; RIBEIRO, T. da S. (orgs.). **Reflexões de um mundo em pandemia:** educação, comunicação e acessibilidade. Rio de Janeiro: Ayvu, 2020. Disponível em: https://4c940ada-a8f2-4241-ab73-4171a11a5dc8.usrfiles.com/ugd/4c940a_7dd2bd65b600437aa48cd765d9bec7b4.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.

EIJI, H. Identidades Surdas. **Blog Cultura Surda**. Disponível em: <https://culturasurda.net/identidades-surdas/s/d>. Acesso em julho de 2022.

FREITAS, D. A.; EULÁLIO, W. E. S. Os surdos e o ensino superior no Brasil: uma reflexão. **Revista Eletrônica Nacional de Educação Física**, v. 10, n. 15, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/renef/article/view/2621/2782#:~:text=O%20pa%C3%ADs%20tinha%2C%20em%202016,%2C52%25%20do%20total>.. Acesso em: 02 ago. 2021.

MARCHESAN, A.; CARPENEDO, R. F. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. **Revista Trama**, v. 17, n. 40, p. 45-55. 2021.

MEGALE, A. Educação bilíngue de línguas de prestígio no Brasil: uma análise dos documentos oficiais. **The Specialist**. Volume 39, número 2, ano 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/38653>. Acesso em: 09 nov. 2021.

LARA, F. A. de. **Acesso aberto ao conhecimento científico e acessibilidade na percepção da pessoa surda**. 2014. 94 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/handle/1/819>. Acesso em: 09 nov. 2021.

QUADROS, R. M. de. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. **Revista Ponto de Vista**, UFSC, n. 5, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1246>. Acesso em: 09 nov. 2021.

QUADROS, R. M. de. O primeiro curso de graduação em Letras Língua Brasileira de Sinais: Educação à distância. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.10, n.2, p.169-185. 2009. Disponível em: <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=7&idart=281>. Acesso em: 22 out. 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In.:* **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.117- 142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 09 nov. 2021.

RIBEIRO, T. da S. Novas formas de divulgação do conhecimento científico. **E-docente**. 29 jun. 2021. Disponível em: <https://www.edocente.com.br/blog/educacao/novas-formas-de-divulgacao-do-conhecimento-cientifico/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

SÁ, T. M. de.; FRANCISCO, G. da S. A. M.; BOURGUIGNON, S. C. Biocinais: recurso com licenças abertas em ambiente avá auxilia na divulgação de conhecimento científico bilingue em cursos de Pós-Graduações. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.7, p.72124-72142. 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/conta/Downloads/33121-84595-1-PB.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2021.

SILVA, R. C. da. **Gêneros emergentes em Libras da esfera acadêmica: a prova como foco de análise**. 2019. 241f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC**. 2018. Disponível em: <https://libras.ufsc.br/wp-content/uploads/2018/11/Regulamento-de-TCC-1-1.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Anexo II. **O Trabalho de Conclusão de Curso**. Disponível em: <http://www.letraslibras.ufpr.br/projeto-pedagogico-do-curso/>. Acesso em: 22 out. 2021.

WALSH, C.; OLIVEIRA, L. F. de; CANDAU, V. M. Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra. **Arquivos Analíticos de Políticas educativas**, v. 26, n. 83, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326558994_Colonialidade_e_pedagogia_decolonial_Para_pensar_uma_educacao_outra. Acesso em: 09 nov. 2021.

ZUIN, A. A. S.; BIANCHETTI, L. O produtivismo na era do “publique, apareça ou pereça”: um equilíbrio difícil e necessário. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 158, pp. 726-750. 2015. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/3294>. Acesso em: 09 nov. 2021.